

**PETRÓLEO, PODER POLÍTICO E MEIO AMBIENTE: A DISPUTA PELA
LIBERAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA MARGEM
EQUATORIAL DO AMAZONAS.**

Napoleão Miranda

*Professor do Departamento de Sociologia e
Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da
Universidade Federal Fluminense.*

Cláudio Ribeiro Lopes

*Professor do Departamento de Direito e
do Programa de Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (PPGD/UFMS).*

Rafaella Lessa

*Doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da
Universidade Federal Fluminense.*

Beatriz Dutra,

*Graduanda em Sociologia na
Universidade Federal Fluminense.*

Introdução.

A disputa em torno à possível exploração de petróleo na assim denominada Margem Equatorial do Amazonas, ou mesmo na Foz do Amazonas, tem se transformado em um ponto central da pauta política, econômica e ambiental da sociedade brasileira e do atual governo federal do país.

Como é do conhecimento de uma parcela significativa da população brasileira, um importante debate nacional foi estabelecido recentemente a partir da demanda, feita pela Petrobrás, reforçada recentemente por sua nova Presidente, Magda Chambriard, com apoio de importantes representantes empresariais e políticos incluídos o Governo do Estado do Amapá e o Senador Randolfe Rodrigues, líder do Governo Lula no Congresso Nacional, para eventual exploração de ampla reserva de petróleo e gás na Margem Equatorial do Rio Amazonas, estimada em cerca de 30 bilhões de barris de petróleo, correspondentes à metade da existente na área do Pré-Sal da Bacia de Campos. Tal exploração teria potencial, afirma-se, para garantir a sustentabilidade na oferta de derivados de petróleo pelos próximos 30 anos, em um contexto de progressivo esgotamento das atuais reservas de petróleo brasileiras.

O debate em torno à possibilidade de exploração desta reserva na foz do Rio Amazonas, mesmo que localizada a cerca de 500 quilômetros, foi intenso e ainda deverá mobilizar muitos debates e interesses, tanto de defensores quanto de críticos da possibilidade de exploração de petróleo em área ambiental e socialmente tão sensível quanto essa região do Estado do Amazonas.

Neste trabalho queremos exatamente explorar as diferentes perspectivas, interesses e argumentos utilizados para defender ou criticar tal possibilidade, buscando lançar luz sobre a dinâmica dos potenciais conflitos socioambientais que a exploração de petróleo em uma região que atrai a atenção mundial pode gerar, discutindo também suas eventuais implicações sociais, econômicas e políticas.

Fundamentação Teórica.

O tema da exploração de petróleo e de outros elementos minerários em áreas ambiental e socialmente sensíveis, tem sido objeto de amplas discussões acadêmicas e teóricas no Brasil em anos recentes, não só pelos riscos socioambientais envolvidos, como também pelo impacto que geram sobre a vida de parcelas significativas da população, em particular das populações tradicionais em diferentes regiões do país.

As atividades minerárias são consideradas por autores como Benson e Kirsch (2010) como “expoentes da *Harm Industry* ou “indústria de dano”, isto é, como empresas capitalistas que se baseiam em práticas destrutivas ou prejudiciais às pessoas e ao meio ambiente, sendo que nestas corporações o dano é inerente ao seu funcionamento normal¹.² Contudo, apesar da atividade minerária resultar em graves impactos sociais e ambientais e não promover uma significativa distribuição de renda, esta permanece sendo tida como imprescindível para o desenvolvimento do país, por seu potencial de produzir riqueza, gerar empregos, impostos, etc.

Neste contexto, uma perspectiva teórico-política que pode nos ajudar a compreender a nova dinâmica que pretende fundamentar a expansão da exploração de petróleo na margem equatorial do Rio Amazonas, é aquela conhecida como “neoextrativismo”, que tem como um de seus autores de referência a Eduardo Gudynas, pesquisador uruguaio que se debruça há vários anos sobre o tema da exploração dos recursos naturais na América Latina. Gudynas destaca aquilo que, à primeira vista, parece uma contradição: a continuidade das estruturas produtivas de exploração minerária por parte dos diversos governos progressistas vivenciados pela América Latina nas duas últimas décadas, configurando o “neoextrativismo” latino-americano,

¹ TERRA, Alessandra Dale Giacomini. “A MORTE VIVE”: Um estudo sobre a mobilização social e a gestão de conflitos socioambientais em Governador Valadares (MG) após a contaminação do Rio Doce pelo desastre de Mariana”, Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF) em 2022.

² Para tais autores, tais indústrias atuam a partir da promoção de uma “política de resignação”, que legitima o poder corporativo enquanto inevitável, sendo a mesma essencial para o capitalismo. A partir do conceito de distância cínica de Zizek, Benson e Kirsch (2010) problematizam que notícias sobre má-fé corporativa não são surpreendentes e não nos chocam a ponto de nos levar a questionar o capitalismo, pois as “pessoas se distanciam com ironia”. O sujeito tem consciência da seriedade da questão, mas insiste em agir como se as ideias fossem ilusórias para justificar o *status quo* reais. “ (Benson e Kirsch, 2010, p.468).

sempre com os mesmos argumentos em defesa da sua presença: desenvolvimento econômico, distribuição de renda, redução da desigualdade social, etc.

Além dessa vertente analítica, podemos citar os trabalhos de Andréa Zhouri e do GESTA (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – UFMG), voltados para o estudo dos impactos socioambientais dos grandes empreendimentos minerários em Minas Gerais e no Brasil, demonstrando o caráter frequentemente destrutivos das atividades de exploração de minérios tanto para o ambiente, como para as populações localizadas no entorno ou em um raio de ação territorial passível de sofrer eventuais efeitos negativos derivados destas atividades.

Ambas as perspectivas serão utilizadas como referência teórica para a análise do projeto de exploração de petróleo objeto deste trabalho.

Resultados Alcançados.

Mesmo sendo um trabalho “*in progress*”, na medida em que pretende acompanhar o desenrolar deste conflito socioambiental à medida em que ele ocorre, este artigo pode, no entanto, relacionar entre os potenciais resultados esperados:

- um aprofundamento das distintas perspectivas em conflito na busca pela autorização da exploração de petróleo na margem equatorial da Foz do Amazonas;
- o posicionamento dos diferentes atores envolvidos, seus interesses e argumentos utilizados;
- a posição do Governo Federal e, em particular, das suas agências reguladoras do meio ambiente (Ministério do Meio Ambiente, IBAMA) no tocante à demanda apresentada pela PETROBRÁS, assim como o posicionamento do Governo do Estado do Amapá, o potencial beneficiário maior da eventual exploração do petróleo na região.
- as manifestações dos representantes dos vários povos tradicionais potencialmente afetados pela eventual exploração de petróleo na região;
- as condicionantes colocadas à PETROBRÁS para a concessão de licença ambiental para exploração de petróleo na área, e a resposta da empresa;
- eventuais manifestações da imprensa e outros atores a respeito do tema.

- Conclusão:

Um dos elementos relativamente ausentes do debate em torno à exploração dos recursos do petróleo nesta região, tal como também ocorreu por ocasião da exploração do petróleo no pré-sal, é, sem dúvida, o impacto que o uso do combustível fóssil a ele associado deverá ter sobre o processo de mudanças climáticas em curso no mundo.

Algumas vozes, evidentemente, se fazem escutar aqui e ali afirmando que a expectativa de uso dos recursos do petróleo da região é contraditória com a crescente necessidade mundial de utilização de energias limpas para minimizar as mudanças climáticas, o que faz com que o Brasil corra o risco de colocar-se na contramão da história, ainda mais depois do compromisso assumido publicamente pelo Presidente Lula, recém-eleito, na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), que aconteceu em Sharm el-Sheikh, no Egito, em novembro/22, quando a temática da proteção ao meio ambiente foi apresentada como um dos principais eixos do governo eleito, em especial no momento de sucessão do então Governo Bolsonaro, cujo desdém pelo meio ambiente foi amplamente documentado ao longo de todo o seu período à frente do governo federal.

Esta contradição é motivada, parece-nos, pela lógica desenvolvimentista *stricto sensu* hegemônica na formulação das políticas públicas, e também privadas, no plano econômico, visando o máximo de exploração dos recursos naturais no curto e médio prazos, sem grandes considerações pelos efeitos a longo prazo do uso dos recursos naturais, em particular o petróleo, diretamente relacionado com o processo de aquecimento global. Aqui está em jogo a lógica da produção de mais riqueza material, a geração de mais empregos, o progresso do país, etc., tão cara aos diversos governantes do país nos últimos anos. Obviamente, esta é também a expectativa de uma parcela da população local e nacional, ávida por garantir melhores condições materiais de vida para si e para seus descendentes, carentes que são, às vezes, dos elementos básicos para uma boa qualidade de vida, como saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, etc.

Neste processo, portanto, pouca referência tem sido feita aos impactos ambientais que poderão ser causados pelo lançamento de bilhões de toneladas a mais de CO₂ na atmosfera, contribuindo para acelerar as mudanças climáticas já em curso. Na verdade, qualquer menção a este tema é vista como derrotismo, como contrária ao interesse nacional, já que pode representar, no âmbito de uma perspectiva orientada pelos princípios da precaução e do desenvolvimento sustentável, a adoção de um uso mais responsável – com o país e também com o mundo - destes recursos, e menos comprometida com interesses de curto prazo dos diferentes grupos envolvidos com essa exploração.

BIBLIOGRAFIA

MILANEZ et al. Injustiça ambiental, mineração e siderurgia. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 175-205, 2013. P.188

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. O que é justiça Ambiental. Rio de Janeiro, Garamond, 2009

_____. Apresentação *in* Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018a.

_____. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. *In*: Henri Acselrad (Org.). Políticas territoriais, empresas e comunidades. O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond. p.33-60, 2018b.

ALIER, Joan Martinez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007. Correntes do ecologismo; Ecologia política: estudo dos efeitos ecológicos distributivos, P.21-39, 89-118.

BENSON, Peter e KIRSCH, Stuart . Capitalism and the politics of resignation. *Current Anthropology*, University of Chicago Press, v. 51, n. 4, p. 459-486, ago. 2010

BRUCKMANN, Mónica Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana - 1a ed. . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Luxemburg ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Imago Mundi, 2015.

DENEAULT, A. As empresas multinacionais: um novo poder soberano, um novo estado do direito. *In*: Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

FERGUSON, James (2005). Seeing like an oil company: Space, security, and global capital in neoliberal Africa. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, p. 377–382

GAVIRIA, Edwin Muñoz. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 17, n. 2, p. 138-154, 2015.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. Neoextrativismo Liberal-Conservador: a política mineral

e a questão agrária no governo Temer. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v. 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. *Extractivismo, política y sociedad*, v. 187, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. *Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*, p. 303-318, 2012.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist register*, v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.

RIBEIRO, Manuel João et al. Sociologia dos desastres. in *SOCIOLOGIA – PROBLEMAS e PRÁTICAS* N.º 18, 1995, p. 23-43

SCOTT, Dayna; SMITH, Adrian. “Sacrifice Zones” in the Green Energy Economy: Toward an Environmental Justice Framework. *McGill Law Journal/Revue de droit de McGill*, v. 62, n. 3, p. 861-898, 2017.

SCOTTO, Gabriela. Narrativas contemporâneas na propaganda corporativa das empresas mineradoras transnacionais: elementos para a análise do “espírito” da mineração. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, v. 27, n. 2, p. 37-54, 2018.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFGM, 2010.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

ZHOURI, Andréa. “Mineração e desregulação ambiental: Limites do consensualismo e da mediação em situações de conflito ambiental”. IN: ZHOURI, Andréa e VALENCIO, Norma (orgs) *FORMAS DE MATAR, DE MORRER E RESISTIR: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte, Editora UFGM, 2014.

ZHOURI, Andréa et al. *Mineração: violências e resistências-um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá, PA: Editorial iGuana, 1ª edição. 2017.